



CONGRESSO NACIONAL

EMENDA Nº - CMMPV 01328/2025
(à MPV 1328/2025)

Acrescentem-se, onde couber, na Medida Provisória os seguintes artigos:

“**Art.** Fica instituída, no âmbito das linhas de crédito autorizadas por esta Medida Provisória, a sublinha específica denominada 'Primeiro Caminhão', destinada exclusivamente a Transportadores Autônomos de Cargas (TAC) que ainda não possuam veículo de carga de sua propriedade registrado no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas (RNTRC).”

“**Art.** Nas operações de crédito contratadas sob a égide desta Medida Provisória, para a aquisição de veículos novos ou usados, as instituições financeiras operadoras poderão oferecer, a critério do contratante, planos de pagamento flexíveis que contemplem:

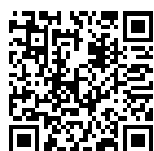
I – a estruturação de cronograma de amortização não linear;

II – a previsão de parcelas de liquidação extraordinária, sob a modalidade 'balão', limitadas a até 30% (trinta por cento) do valor total financiado, a serem quitadas ao final do contrato ou em períodos pré-estabelecidos.”

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem como propósito fundamental democratizar o acesso à propriedade dos meios de produção no setor de transporte rodoviário de cargas, fomentando o empreendedorismo e garantindo a subsistência digna do transportador autônomo.

Atualmente, uma parcela significativa da força de trabalho do setor é composta por motoristas empregados em grandes transportadoras que, embora



possuam vasta experiência operacional, enfrentam barreiras intransponíveis de capital para iniciar o próprio negócio. A criação da linha "**Primeiro Caminhão**" foca exatamente nesse público, transformando o colaborador em um microempreendedor, o que gera maior dinamismo econômico e promove a ascensão social através do trabalho independente.

A aquisição de um caminhão representa um investimento de capital intensivo. A introdução de planos de pagamento flexíveis, com a previsão de parcelas "**balão**" de até 30%, permite que o transportador reduza o valor das prestações mensais ordinárias. Isso é vital nos primeiros anos de operação, quando o fluxo de caixa do novo empreendedor ainda está em fase de consolidação.

Essa estrutura permite que o profissional honre o financiamento utilizando os excedentes de safra ou períodos de maior demanda logística, garantindo que o serviço da dívida não asfixie a operação do veículo nem comprometa o sustento da família.

Em suma, a proposta busca alinhar a política de crédito à realidade prática das estradas brasileiras, oferecendo as ferramentas financeiras necessárias para que o motorista realize o anseio de possuir seu próprio caminhão, contribuindo, assim, para a eficiência e para a justiça social no sistema de transportes nacional.

Diante da relevância da matéria para o desenvolvimento econômico do país, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta emenda.

Sala da comissão, 19 de dezembro de 2025.

Deputado Lucio Mosquini
(MDB - RO)

